

análise de mérito. Sem um dos pressupostos, a defesa NÃO deve ser CONHECIDA. Assim, todos os atos praticados quanto à imposição de penalidade devem ser validados.”. Concluiu a exposição, submetendo o entendimento à apreciação dos demais Conselheiros presentes. O Secretário Executivo do Conselho, Luiz Guilherme Scalzo Torres, sugeriu o envio do parecer no grupo do CETRAN/MG, para manifestação do colegiado, visando, após análise, aprovar o parecer na próxima reunião – 194º RO, tendo em vista que o posicionamento só foi apresentando na véspera da reunião, e, portanto, não foi possível, por conta do curto prazo, que todos os conselheiros estudassem a matéria de forma devida para deliberação. A Conselheira-Relatora e os demais Conselheiros presentes concordaram. Na oportunidade, o Secretário Executivo do Conselho, Luiz Guilherme Scalzo Torres, sugeriu a criação de uma regra de fluxo com relação as consultas recebidas pelo CETRAN/MG, de forma participativa, ou seja, com contribuição de todos os membros do Conselho, no sentido de padronizar o tratamento dado as consultas que o órgão recebe, desde o recebimento até a resposta ao consulente, inclusive, neste ínterim, a distribuição e o retorno do parecer para aprovação em reunião plenária. Isso, com o intuito de traçar um cronograma e atender as expectativas de todos os envolvidos, levando em consideração a realizada enfrentada pelos membros do Conselho, objetivando não prejudicar ou sobrecarregar ninguém e atender a contento os consulentes dentro de um prazo razoável. A Presidente suplente do Conselho, Sílvia Caroline Listgarten Dias, reforçou a proposta, frisando a importância do Conselho ter alguns combinados constantes para os membros e para o próprio funcionamento do CETRAN/MG agora que as agendas periódicas foram retomadas. Acrescentou que pode ser uma orientação de serviço ou uma deliberação, tratada em conjunto, onde o Conselho tenha uma periodicidade sistematizada de funcionamento, na expectativa de organizar para todos, trazendo conforto em relação ao desdobramento do que é distribuído para cada um dos conselheiros. Ainda, quanto a distribuição das consultas, que a premissa seja de adesão por interesse e afinidade, mas que isso não sobrecarregue um só conselheiro, devendo ser levado em consideração a complexidade dos temas que muitas vezes possuem pontos de atenção que não necessariamente estão acessíveis de forma célere. Como critério subsequente ao da adesão, o critério de distribuição, seguindo uma ordem sequencial que fique confortável para todos. Finalizou, ratificando a importância de que a construção seja compartilhada, até para que seja legítima e perdure de agora pra frente, independente da composição do CETRAN/MG, prevendo, também, os prazos que aperfeiçoem o funcionamento do Conselho, trazendo uma sistematização que consiga gerar qualidade, maior segurança e confiabilidade para os trabalhos desenvolvidos. A proposta (regras de fluxo do CETRAN/MG) será pauta da próxima reunião – 194º RO e uma das regras já definida é de que o parecer-resposta referente a consulta distribuída deverá ser, em regra, disponibilizado 15 (quinze) dias antes da 2ª reunião subsequente a reunião de distribuição. Na sequência, adentrou-se no último item de consultas pendentes para aprovação de parecer: IV – Consulente: Comando de Policiamento Rodoviário Viário – CRRV/PMMG – Assunto: Aplicabilidade da Resolução-CONTRAN nº 943/2022 – Mototaxi e motofrete (Consulta distribuída através do SEI nº 1250.01.0009972/2023-66, ao Conselheiro Alysson Coimbra de Souza Carvalho, representantes da ABRAMET-MG, para parecer – apresentado, divulgado e a ser aprovado). O Secretário Executivo do Conselho, Luiz Guilherme Scalzo Torres, explicou que o parecer do Conselheiro-Relator Alysson Coimbra de Souza Carvalho, representante da ABRAMET, foi divulgado no grupo de CETRAN/MG. Ainda, resumiu as respostas dos quesitos formulados na consulta: “1 - Os condutores de motocicletas e motonetas que trabalham com aplicativos, para a entrega de mercadoria, estão sujeitos às previsões contidas na Resolução nº 943 - CONTRAN? Resposta: É possível determinar que os motociclistas que trabalham com motofrete e serviço de entrega estão subordinados à Resolução 943/2022 do CONTRAN. Esta resolução estabelece normas e requisitos mínimos de segurança para o transporte remunerado de passageiros (mototaxi) e de cargas (motofrete) em motocicletas e motonetas. Portanto, motociclistas que trabalham com motofrete e serviço de entrega devem estar cientes e cumprir os requisitos estabelecidos pela Resolução 943/2022 do CONTRAN para garantir a conformidade legal e a segurança no transporte de cargas; 2 - Os condutores contratados (funcionários) de empresas que fornecem o serviço de entrega de mercadorias estarão subordinados ao previsto na Resolução nº 943 - CONTRAN? Resposta: 2 - Os condutores contratados por plataformas que fazem o serviço de moto-entrega também estão subordinados à Resolução 943/2022 do CONTRAN. O entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que essas plataformas são empresas de tecnologia e não prestadoras diretas dos serviços de transporte implica que a responsabilidade pela conformidade com as normas de trânsito recai sobre os próprios prestadores de serviço (motofretistas); 3 - As mochilas do tipo “BAG”, utilizadas para transporte do tipo remunerado de pequenas cargas em motocicleta e motonetas não estão previstos no artigo 10, da Resolução nº 943 – CONTRAN. Uma vez estando o condutor utilizando esta mochila tipo “BAG” que inibe as partes retrorrefletivas do colete obrigatório para o condutor no motofrete, poderá o condutor ser enquadrado em equipamento inoperante? Resposta: 3 - Dada a análise realizada, podemos concluir que, embora o artigo 10, da Resolução 943/2022 do CONTRAN não delibere explicitamente sobre o uso de mochilas tipo bag interferindo nas faixas refletivas dos coletes de segurança, é evidente que essa é uma questão prática significativa. O uso de bags para o transporte de mercadorias é predominante, especialmente para itens que precisam ser armazenados em mochilas, como alimentos e documentos.”. Foi levantada a dúvida que, a princípio, não restou esclarecida na resposta apresentada, quanto ao questionamento contido no item 3 da consulta, qual seja: se a utilização de mochila tipo bag que inibe as partes retrorrefletivas do colete obrigatório pelo condutor no motofrete, poderá ou não configurar infração de equipamento inoperante. O Conselheiro Alysson Coimbra de Souza Carvalho, representante da ABRAMET, pontuou que o equipamento não está previsto no artigo 10, da Resolução nº 943 do CONTRAN, e que, a solução ideal seria a regulamentação do assunto a nível nacional pelo CONTRAN. Ainda, como alternativa, que os municípios possuem competência para legislar sobre o trânsito local e podem, portanto, criar, implementar, regulamentações específicas para o uso de mochilas tipo bag, desde que garanta a visibilidade das faixas refletivas nos coletes de segurança, assegurando assim a proteção dos motociclistas e a conformidade com as normas de trânsito. Contudo, enquanto não houver regulamentação, paira a dúvida se o uso da bag para o transporte de mercadoria caracterizaria ou não infração de equipamento inoperante. Complementou, aduzindo que aguarda o entendimento do colegiado para que a conclusão do parecer seja complementada nos termos do que for validado. A Conselheira Andrea Mendes de Souza Abood, representante da PCMG, lembrou que o assunto está sendo tratado na Câmara Temática do PNATRANS e sugeriu contato com a CTPNAT/SENATRAN, para maiores informações. O Conselheiro Kenedy Santos Pereira, representante do ONSV, disse que o cerceamento de atividade de trabalho como justificativa para que os condutores não sejam autuados, não merece prosperar, já que o princípio do CTB é segurança no trânsito. Ainda, que a utilização de mochila tipo bag caracteriza infração de trânsito porque compromete a visibilidade. O Conselheiro Alysson Coimbra Carvalho de Souza, representante da ABRAMET, complementou que o posicionamento do CETRAN/MG ante a ausência de regulamentação pelo CONTRAN pode estar fadado a alguma interpretação equivocada. O Conselheiro Frederico Andrade Cunha, representante da PMMG, ressaltou que a bag nada mais é que uma mochila, colocada nas costas do condutor, tampando o refletivo. Portanto, que a utilização do equipamento é motivo de autuação por infração de trânsito. O Secretário Executivo do Conselho, Luiz Guilherme Scalzo Torres, questionou se os demais Conselheiros concordavam com o entendimento. A Conselheira Sarah Oliveira, representante da área de conhecimento – Notório Saber, expôs a seguinte dúvida: se o entendimento da utilização da mochila tipo bag como infração de trânsito, caracterizaria utilização de equipamento inoperante ou outra tipificação? O Conselheiro Marcelo Aparecido de Lima, representante do SINDICFC-MG, ponderou que a matéria carece de uma análise mais aprofundada e deliberar para aplicar a punição tem caráter arrecadatório e pode trazer prejuízos. Ainda, reforçou que a questão deveria ser pacificada pelo CONTRAN. O Secretário Executivo do Conselho, Luiz Guilherme Scalzo Torres, diante da demonstrada complexidade do tema, sugeriu a retirada do item novamente de pauta para que a discussão continue no grupo do CETRAN/MG com as relevantes contribuições dos Conselheiros, para que na próxima reunião, após as algumas definições, o parecer seja aprovado. A Presidente do Conselho, Sílvia Caroline Listgarten Dias, concordou com a proposta e complementou pedindo que os Conselheiros amadureçam as ideias conforme suas perspectivas no grupo do CETRAN/MG, com calma e de forma compartilhada, para que na reunião o Conselho tenha encaminhamentos mais conclusivos. Todos os Conselheiros presentes concordaram. Sobre o último item da pauta - para conhecimento e divulgação: I - Encaminhamento de consulta à Advocacia Geral do Estado sobre a retroatividade do prazo prescricional de 2(dois) anos previsto da Lei nº 14.129/2022, para julgamento dos recursos pelas JARI's dos órgãos executivos estaduais e municipais de trânsito de Minas Gerais e CETRAN/MG: Conforme entendimento firmado pelo Conselho, o CETRAN/MG irá encaminhar consulta à Advocacia Geral do Estado para manifestação sobre o tema e posicionamento a ser seguido no âmbito do Estado; II - Ações da Semana Nacional de Trânsito: o Conselheiro Kenedy Santos Pereira, representante do ONSV, irá compartilhar as informações no Grupo do CETRAN/MG; III – Implantação do talonário eletrônico pela CET/MG: o Conselheiro Felipe Forjaz de Moraes Lacerda, representante da CET/MG, irá compartilhar as informações no grupo do CETRAN/MG; IV- 194º Reunião Ordinária do CETRAN/MG agendada para o dia 30/09/2024, às 9h:30m, virtualmente, por meio do Microsoft Teams. Encerrada a reunião, a Presidente suplente do Conselho, Sílvia Caroline Listgarten Dias, reforçou a necessidade de avançar no desafio de definir os procedimentos que irão balizar o funcionamento do CETRAN/MG de agora para frente. Pontuou que todas as ideias são bem-vindas ao longo desse mês, também no grupo de WhatsApp, para elaboração e apresentação de algo mais conclusivo. Ainda, que uma das premissas de trabalho do CETRAN/MG, é tentar discutir mais no grupo os assuntos pauta de reunião e trazer as contribuições de uma forma mais objetiva e organizada, de forma que fique claro para todos o que está sendo discutindo, em especial, os principais pontos de atenção e os principais pontos críticos que merecem o debate. Por fim, agradeceu o apoio, empenho, dedicação e contribuição de todos e, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Secretário Executivo do CETRAN/MG em exercício e por todos os membros do Conselho presentes. Em Belo Horizonte, 29 de agosto de 2024.

101 cm -08 1999093 - 1

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA N.º 9261339/2020 - INF-4084.00 - SEPLAG X PRODEMG

Objeto: 1.1 Prorrogar a vigência do Contrato original por 12 (doze) meses, a partir de 27/08/2024 e término em 26/08/2025.

1.2 Manter o preço dos serviços continuados de acordo com os preços vigentes do Anexo I - Condições Comerciais do Caderno de Serviços Prodemg, conforme o subitem 4.11.1 da Cláusula 4ª - Do Valor, do Pagamento e do Reajuste do contrato original.

1.3 Atualizar a cláusula 7ª - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, conforme o Caderno de Serviços Prodemg vigente..

Assinam: Rodrigo Diniz Lara pela SEPLAG e Thiago Canuto Lemos e Marcelo Mário Damázio Trinchero Pela PRODEMG. Assinatura 26/08/2024

3 cm -08 1998886 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2024. Tipo: menor preço. O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Subsecretaria de Compras Públicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/MG, comunica que realizará a licitação que tem por objeto o registro de preços para eventual comopradeinsumos (COMPRAS ESTADUAL DE INSUMOS DO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA), conforme especificações, quantitativos e condições constantes no edital e dos seus anexos. A sessão do pregão iniciará no dia 22/10/2024, às 09h00min, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br.

BH/MG 04/10/2024.

Jafer Alves Jabour

Superintendente Central de Licitações e Contrações – SEPLAG-MG.

4 cm -04 1998089 - 1

COORDENADORIA ESTADUAL DE GESTÃO DE TRÂNSITO - CET

EDITAL DE LEILÃO Nº 461/2024 - CONSERVADOS / SUCATAS APROVEITÁVEIS

O ESTADO DE MINAS GERAIS, pela Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET/MG, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso I, art. 328, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e consoante com a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 623, de 6 de setembro de 2016, torna público que realizará LEILÃO, recebendo o Nº 461/2024 - CONSERVADOS - SUCATAS APROVEITÁVEIS, de veículos nos pátios vinculados à CET-MG, presidido pela Comissão de Leilão da CET/MG, instituída pela Portaria nº 5, 13/01/2024 sendo o evento regido pelas normas gerais da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações posteriores, no que couberem, para alienação, pela melhor oferta individual de cada bem, no estado em que se encontram, de acordo com as regras e disposições deste ato convocatório. Os veículos incluídos neste leilão foram notificados pelo(s) edital(is) de notificação(ões) de nº(s): 368/2024..

I - Cláusula Primeira - Do Objeto do Leilão:

1.1 - Os objetos deste processo de leilão são veículos apreendidos e recolhidos em pátios, discriminados individualmente no anexo único deste Edital;

1.2 - No anexo único deste Edital também será indicada a situação atual de cada veículo objeto deste leilão, especificando tratar-se de veículo conservado ou sucata;

1.3 - O veículo considerado CONSERVADO é aquele que se encontra em condição de segurança para trafegar, desde que o arrematante tome todas as providências necessárias, no prazo e forma exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/97), e resolução elencada no preâmbulo deste Edital, para colocá-lo novamente em circulação;

1.4 - O veículo considerado SUCATA é aquele que se encontra impossibilitado de voltar a circular ou cuja autenticidade de identificação ou legitimidade da propriedade não restar demonstrada, não tendo direito à documentação;

1.5 - Os veículos classificados como SUCATAS, incluídos neste leilão, são divididos em:

I - Sucatas aproveitáveis: são aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com inutilização de placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo - registro VIN;

II - Sucatas aproveitáveis com motor inservível: são aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, devendo ser inutilizadas as placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo, registro VIN;

1.6 - O veículo considerado SUCATA, não poderá voltar a circular, devendo ser baixado conforme estabelecido no subitem 12.5;

1.7 - O(s) lote(s) de número(s) 6,37,49,63,75,117,135 possuem blocos de motor inservível para uso na sua forma original devendo ser destruídos pelo arrematante; portanto são sucatas aproveitáveis com motor inservível, conforme descrito no subitem 1.5, II;

2 - Cláusula Segunda - Das Disposições Legais:

2.1 - A presente alienação visa dar cumprimento ao disposto na legislação vigente, em especial, o Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503/97, art. 328, Caput, §§ 14 e 15, e a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 623/2016;

2.2 - Aplica-se no que couber, a Legislação pertinente à matéria: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Federal nº 12.977, de 20 de maio de 2014; Decreto Federal nº 1.305, de 9 de novembro de 1994; Lei Estadual nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003; Decreto Estadual nº 43.824, de 28 de junho de 2004; Decreto Estadual nº 44.806, de 12 de maio de 2008; Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito nº 179, de 7 de julho de 2005, e nº 623, de 6 de setembro de 2016

3 - Cláusula Terceira - Do Lance Inicial:

3.1 - O lance inicial terá por base o valor mínimo avaliado e discriminado individualmente no anexo único deste Edital;

3.2 - Os interessados em condições de participação efetuarão lances, a partir do preço mínimo de avaliação constante no anexo único deste Edital, considerando vencedor o licitante que houver feito a maior oferta aceita pelo Leiloeiro, desde que satisfaça as condições estabelecidas nas Cláusulas constantes neste Edital;

3.3 - Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência.

4 - Cláusula Quarta - Da Data, Horário e Local do Leilão:

4.1 - Os lotes descritos neste Edital serão leiloados em sessão pública que será iniciada no dia 28/10/2024, às 09:00 horas e finalizada no dia 30/10/2024 às 17:00;

1 - Durante os últimos segundos da arrematação de cada lote, enquanto houver lances, a contagem irá retroceder de 30 (trinta) a 60 (sessenta) segundos;

4.2. A sessão ocorrerá por meio do Sistema de Leilão de Veículos, disponível no endereço eletrônico leilao.detran.mg.gov.br;

4.3. O licitante deverá atentar para o período de recebimento de lances destinados a cada lote, sendo este compreendido entre a data e horário do início e encerramento da sessão pública, exceto quando ocorrer o caso previsto no item 4.1, I.

5 - Cláusula Quinta - Da Visitação:

5.1 - A VISITA ao pátio PARA INSPEÇÃO VISUAL dos veículos interessados do dia 24/10/2024 ao dia 25/10/2024, no horário de 09:00 às 17:00 horas, em seu respectivo endereço, a saber:

5.1.1 - PATIO BRUMADINHO LTDA - FAZENDA SANTA CRUZ - KM 46 - MG 040, S NR, BAIRRO CENTRO - BRUMADINHO

5.2 - É assegurado a todo interessado o direito de inspecionar, visualmente, todos os veículos automotores, nos dias e horários indicados na Cláusula Quarta, subitem 5.1, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens, objetos do presente leilão.

5.3 - É permitida, exclusivamente, a avaliação visual dos bens, sendo vedado o seu manuseio e retirada dos lotes;

5.4 - Nenhum bem constante do lote arrematado poderá ser recuperado ou consertado no local da visitação;

5.5 - É proibida a entrada nos locais de visitação, nas datas e horários estabelecidos neste edital, com mochilas, capacetes, bolsas ou equivalentes;

6 - Cláusula Sexta - Das Condições De Participação:

6.1 - O licitante poderá participar do Leilão mediante cadastro no Sistema de Leilão de Veículos, disponível no endereço eletrônico <https://leilao.detran.mg.gov.br/pre-arrematantes/cadastrar>, como:

a - Pessoa física, mediante apresentação dos documentos descritos no item 7.1 no Sistema de Leilão de Veículos, conforme o caso;

b - Pessoa jurídica, mediante cadastro do seu representante legal, consoante designação expressa no Contrato Social (ou equivalente) e apresentação dos documentos descritos no item 7.1 no Sistema de Leilão de Veículos, conforme o caso.

6.2 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, do leilão:

1 - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. II- pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; III- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. §1º - O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7 - Cláusula Sétima - Do Cadastro no Sistema de Leilão de Veículos:

7.1 - Para fins de cadastramento, o licitante deverá apresentar, por meio do Sistema de Leilão de Veículos, os seguintes documentos:

a - Documento de identificação oficial previsto na legislação federal ou Comprovante de Emancipação, se for o caso;

b - Cadastro de Pessoa Física – CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

c - Comprovante de endereço;

d - Endereço de correio eletrônico (e-mail);

e - Telefone(s) para contato;

f - Certidão de credenciamento junto à CET/MG para a aquisição de veículos irre recuperáveis, classificados como “SUCATA”. Portaria DETRAN/MG nº 92/2021. Para a obtenção da certidão supracitada, o licitante poderá entrar em contato com a Diretoria de Gestão de Credenciamento de Veículos, por meio do e-mail: credenciamento.veiculos@transito.mg.gov.br;

g - Ato constitutivo da Pessoa Jurídica.

1 - O Sistema de Leilão de Veículos aceitará apenas documentos digitalizados e salvos no formato Portátil de Documento – PDF.

II - Os documentos referidos no item anterior poderão ser solicitados, a qualquer tempo, devendo ser exibidos no original ou por qualquer processo de fotocópia (devidamente autenticada por cartório ou por servidor da Administração), ou, ainda, estarem publicados em qualquer órgão ou entidade de imprensa oficial.

7.2 - A partir da realização do cadastro pelo licitante, a Comissão de Leilão terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para liberar o acesso ao Sistema de Leilão de Veículos

I - A liberação do acesso está condicionada à análise e aprovação da documentação encaminhada pelo licitante e será comunicada, por meio do e-mail cadastrado pelo licitante, sendo, na oportunidade, encaminhados login e senha, de uso pessoal e intransferível.

II - Caso o cadastro seja reprovado, será encaminhada uma notificação ao e-mail cadastrado pelo licitante.

III - No caso de complementação ou correção do cadastro, este será novamente analisado pela Comissão de Leilão em até 05 (cinco) dias úteis.

8 - Cláusula Oitava – Dos Procedimentos do Leilão:

8.1 - Os lotes relacionados neste edital deverão ser arrematados eletronicamente, por meio do Sistema de Leilão de Veículos.

I - Todo o material de instrução para cadastro, oferta de lances, emissão do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, da Nota de Arrematação e Autorização de Retirada estará disponível no endereço eletrônico leilao.detran.mg.gov.br;

II - A participação no leilão realizada na forma eletrônica, em quaisquer de suas fases, implica responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica ou infraestrutura tecnológica para realização das operações e transações inerentes ao Sistema de Leilão de Veículos, ainda que representado por intermédio de procurador.

8.2 - Os interessados efetuarão sucessivos lances eletrônicos, a partir do valor mínimo definido para cada lote, de acordo com o Anexo Único deste Edital, considerando-se arrematante o licitante que fizer o MAIOR LANCE POR LOTE.

I - Os intervalos dos lances serão fixos e definidos por lote.

II - Uma vez realizado o lance, não se admitirá a sua desistência.

III - Na sucessão de lances, a diferença do valor NÃO PODERÁ ser inferior à estabelecida pela Comissão de Leilão em consonância com o item 8.2.1.

IV - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, registrando-se no sistema aquele que for recebido primeiro.

8.3. Encerrada a etapa de lances, o Sistema de Leilão de Veículos informará o vencedor e a Comissão de leilão adjudicará o lote ao arrematante, que será notificado por meio do e-mail cadastrado.

9 - Cláusula Nona - Do Pagamento:

9.1 - O pagamento do bem arrematado será à vista e o arrematante deverá fazê-lo diretamente nas agências bancárias, através do DAE – Documento de Arrecadação Estadual, disponível para impressão no Sistema de Leilão de Veículos após o encerramento da sessão.

9.2 - Será emitido um DAE – Documento de Arrecadação Estadual para cada lote arrematado, com prazo máximo de pagamento de 03 (três) dias úteis, a serem contados a partir do encerramento da sessão de leilão.

I - Em nenhuma hipótese o prazo para pagamento será prorrogado, salvo em casos fortuitos ou de força maior.

9.3 - Caso o arrematante não execute o pagamento do DAE – Documento de Arrecadação Estadual dentro do prazo estabelecido, perderá o direito de aquisição do lote e estará sujeito às sanções previstas na Cláusula Décima Quarta deste Edital.

9.4 - A confirmação de pagamento do DAE dar-se-á de forma automática pelo Sistema de Leilão de Veículos, restando ao arrematante aguardar a disponibilização da Nota de Arrematação e do Alvará de Liberação.

10 - Cláusula Décima - Das Obrigações:

10.1 - Caberá ao Arrematante, nos termos da legislação de trânsito vigente, na hipótese de se tratar de veículo CONSERVADO, que poderá voltar a circular, promover a sua transferência no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da Carta de Arrematação, e atendidas as demais exigências legais (art. 123, do CTB - Lei Federal nº 9.503/97), exceto nos casos em que a extrapolação do prazo se der pela mora na desvinculação das restrições à transferência existentes antes da data do leilão, hipótese em que o prazo supracitado passará a contar da data da desvinculação da última restrição, situação que deverá ser verificada pela respectiva autoridade policial no ato da transferência.

10.2 - O Arrematante é responsável pela utilização e destino final dos bens objetos deste leilão e demais resíduos gerados, e responderá, civil e criminalmente, pelo uso ou destinação em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital;

10.3 - É proibido ao Arrematante ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar os bens arrematados, antes da confecção da Nota de Arrematação e da retirada dos bens.

11 - Cláusula Décima Primeira- Da Arrematação:

11.1 - Será considerada Arrematante a pessoa natural ou jurídica, que oferecer pelo veículo ou pelo lote de veículos o lance de maior valor;

11.2 - Após o pagamento do preço ofertado, a CET-MG emitirá a Nota de Arrematação correspondente, na qual deverá constar:

I - Se pessoa natural, o nome completo do Arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o estado e o Código de Endereçamento Postal - CEP;

II - Se pessoa jurídica, a razão social da empresa Arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o estado e o CEP), o valor da arrematação;

12.3 - O Arrematante do veículo CONSERVADO receberá no Sistema de Leilão de Veículos, o Alvará de Liberação, a Nota de Arrematação e a Carta de Arrematação, na(s) seguinte(s) data(s):

1 - Até o dia 29 de Dezembro de 2024, o(s) veículo(s) compreendido(s) dos lotes de número 1 ao de número 195.

12.4 - Em se tratando de veículo considerado SUCATA, baixado conforme o subitem 12.5, em razão da necessidade de tempo suficiente para a retirada de placas, corte de chassi e a própria baixa no banco de dados com a emissão do documento próprio, o Alvará de Liberação, a Nota de Arrematação e a Certidão de Baixa, serão entregues aos Arrematantes no Sistema de Leilão de Veículos, na(s) seguinte(s) data(s):

1 - Até o dia 29 de Dezembro de 2024, o(s) veículo(s) compreendido(s) dos lotes de número 1 ao de número 195.

12.5 - Na hipótese de se tratar de SUCATA que não poderá voltar a circular, a BAIXA, será providenciada pela Comissão de Leilão, nos termos do Decreto Federal nº 1.305, de 9 de novembro de 1.994, e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito, nº 179, de 7 de julho de 2005, e nº 623, de 6 de setembro de 2016.

13 - Cláusula Décima Terceira - Da Retirada Dos Bens:

13.1 - Os bens estarão disponíveis até o dia 29 de dezembro de 2024, mediante comprovação do pagamento, através de Documento de Arrecadação Estadual-DAE, e deverão ser retirados o mais breve possível, conforme cronograma a ser acordado pelas partes;

13.2 - O Arrematante tem o prazo de 10 (dez) dias, contados da data da emissão do Alvará de Liberação para retirar o bem, ou o lote de bens, do pátio onde se encontra, sob pena de sujeitar-se ao pagamento de diárias referentes aos dias subsequentes.

14 - Cláusula Décima Quarta - Das Penalidades:

14.1 - O Arrematante que deixar de efetuar o pagamento de acordo com a Cláusula Nona - Do Pagamento - subitem 9.1, ficará sujeito às penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

14.2 - Não cumprido o prazo estabelecido no subitem 9.1, da Cláusula Nona, a título de Cláusula Penal, o Arrematante pagará, em favor do Estado, 20% (vinte por cento) de multa sobre o valor em atraso, podendo, ainda, acarretar na sua desclassificação do certame com a consequente perda do material arrematado não pago e recolhido, conforme disposições do art. 408 e seguintes do Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);

14.3 - A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

14.4 - O descumprimento da Cláusula Décima - Das Obrigações- implicará na aplicação das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, garantido o contraditório e a ampla defesa;

14.5 - A aplicação de sanções não exime o Arrematante da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha causar ao Estado;

14.6 - Decorrido o prazo de 30 dias, contados da data de entrega da documentação prevista no subitem 12.3, sem que o arrematante tenha providenciado a retirada do bem ou do lote de bens do pátio, o Arrematante será considerado desistente e perderá, em favor do Estado de Minas Gerais, o valor integral pago pela arrematação, bem como o direito à adjudicação do bem ou do lote de bens arrematados, que permanecerá sob a custódia do Estado de Minas Gerais para ser leilado em outra oportunidade.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202410090041160128.